

# Acompanhamento Conjuntural – 07/2012

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA  
Diretoria Executiva  
Superintendência de Desenvolvimento Industrial  
Data de fechamento: 23/07/2012



## PIB

A despeito das medidas adotadas pelo Governo Federal, a economia brasileira mantém sua trajetória de desaceleração, em alinhamento com a conjuntura econômica internacional. De acordo com o relatório *World Economic Outlook* do FMI de julho de 2012, a economia global deverá crescer 3,5% em 2012 (0,1% abaixo da previsão de abril), enquanto a economia brasileira teve a sua previsão de crescimento rebaixada de 3,1% para 2,5%.

## Política Monetária

Em julho, o Copom reduziu pela 8ª vez consecutiva a taxa básica de juros da economia, fixando-a no patamar de 8% ao ano. A decisão se deu em resposta ao atual quadro de desaceleração da atividade econômica que, combinado com a fragilidade da economia global, potencializa o viés de desaceleração da inflação. Embora a inflação apresente sinais de desaceleração, ainda permanecem riscos de: (i) ampliação do crédito; (ii) estreita margem de ociosidade do mercado de trabalho, com risco significativo de concessão de aumentos salariais incompatíveis com o crescimento da produtividade e (iii) alto nível de incerteza nos mercados externos.

De acordo com a última edição do Relatório de Mercado do Banco Central (13/7), a Selic deverá encerrar o ano em 7,5% e subir um pouco em 2013, alcançando 8,5% no final do ano.

A inflação medida pelo IPCA apresentou forte desaceleração em junho, com variação positiva de 0,08% (menor índice desde agosto

de 2010), ante alta de 0,36% em maio. No acumulado do primeiro semestre de 2012, o IPCA contabiliza elevação 2,32%, bem abaixo dos 3,87% registrados em igual período de 2011. Em 12 meses, o IPCA alcançou 4,92%, o mais baixo desde setembro de 2010 (4,70%).

## Política Fiscal

O resultado negativo inesperado das contas públicas no mês de maio, que contribuiu para que o superávit primário de 12 meses ficasse abaixo da meta, compromete a análise de que o governo irá cumprir com folga a meta primária deste ano, estimada em R\$ 139,8 bilhões (3,1% do PIB). A frustração na arrecadação dos impostos e contribuições, como Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), IPI e IOF, explica a reversão das expectativas de analistas, que já projetam superávit primário em 2,95%.

O governo não pretende mexer na meta fiscal deste ano, mas há entendimento de que a crise externa é forte e o setor público deverá atuar mais ativamente para estimular a economia interna. O governo deverá anunciar em agosto um novo modelo de concessões de infraestrutura, no qual deverá abrir mão de recursos para melhorar a rentabilidade dos projetos e consequentemente encorajar os investidores. Também há programas de aumentos de gastos para aquisição de retroescavadeiras e motoniveladoras, que serão doadas aos municípios até 18 de setembro. Também foi anunciado o PAC das cidades médias, para as quais serão destinadas cerca de R\$ 7 bilhões.

## Contas Externas

No acumulado dos primeiros cinco meses deste ano, o saldo em conta corrente, que compreende os resultados da balança comercial e das contas serviços, rendas e transferências unilaterais, foi deficitário em US\$ 21 bilhões. No acumulado dos últimos 12 meses até maio, o déficit alcançou US\$ 50,9 bilhões (2,1% do PIB), ficando um pouco abaixo do registrado no mês anterior. O déficit nas contas serviços e rendas, em função, principalmente, das remessas de lucros e dividendos e das despesas com aluguel de equipamentos e viagens internacionais, explica o saldo negativo em conta corrente. A expectativa do mercado é de aumento do déficit em conta corrente nos próximos meses, alcançando US\$ 62,2 bilhões ao final do ano.

As reservas internacionais em junho totalizaram US\$ 373,9 bilhões, registrando alta de US\$ 1,5 bilhão em relação ao verificado em maio. Segundo projeções do *Relatório de Mercado* do Banco Central, o dólar deverá permanecer em patamar relativamente elevado, encerrando o ano em R\$ 1,95.

## PIB

A despeito das medidas adotadas pelo Governo Federal, a economia brasileira mantém sua trajetória de desaceleração. As expectativas se encontram negativas, em alinhamento com a conjuntura econômica internacional. Nesse sentido, destaca-se a revisão para baixo da previsão de crescimento da economia mundial e brasileira, feita pelo FMI. Segundo a entidade, a economia global deverá crescer 3,5% em 2012 (0,1% abaixo da previsão de abril), enquanto a economia brasileira teve a previsão de crescimento rebaixada de 3,1% para 2,5% na revisão do relatório *World Economic Outlook* do FMI, de julho de 2012.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também reduziu a previsão de crescimento do PIB do Brasil de 3% para 2,1% em 2012. A entidade também rebaixou a perspectiva de expansão do PIB industrial de 2% para 1,6% e, agora, acredita que a Selic fechará o ano a 7,5%, ante os 9% previstos anteriormente. A CNI ainda cogita um maior crescimento da economia na segunda metade deste ano

A expectativa é que as medidas já adotadas, incluindo a atual flexibilização da política monetária, deverão trazer resultados e inverter a trajetória descendente, de modo que o país recupere em 2013 um ritmo de crescimento mais expressivo. Nesse sentido, o FMI projeta um crescimento para o Brasil de 4,6% em 2013. Segundo a última edição do Relatório de Mercado do Banco Central, o mercado projeta um crescimento do PIB brasileiro de apenas 1,9% em 2012 e de 4,1% em 2013.

Os dados do Caged, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apontam uma geração líquida de 139,7 mil empregos formais em maio de 2012, contra 216,9 mil no mês anterior. Os setores responsáveis pelo desempenho no mês foram: Agricultura (46,2 mil), Serviços (44,6 mil),

e Indústria de Transformação (20,3 mil). Nos primeiros cinco meses do ano, o País gerou um saldo de 877,9 mil postos de trabalho. No acumulado de 12 meses, o saldo registrado foi de 1,6 milhão de empregos gerados. Os dados apontam para uma desaceleração na geração de empregos, em comparação ao registrado nos últimos dois anos, refletindo a própria evolução da economia brasileira.

## Política Monetária

Na reunião de julho (dias 10 e 11), o Copom reduziu pela 8ª vez consecutiva a taxa básica de juros da economia, fixando-a no patamar de 8% ao ano (menor nível da Selic desde a criação do Copom). Neste nível continua em operação o novo mecanismo de correção da poupança, que passa a ser remunerada pela TR mais 70% da Selic. Os membros do Comitê decidiram manter o ritmo de queda da Selic em resposta ao atual quadro de desaceleração da atividade econômica interna que, combinado com a fragilidade da economia global, potencializa o viés de desaceleração da inflação. Desde o início do processo de flexibilização monetária, iniciado no final de agosto de 2011, a redução já soma 4,5 p.p.

Na visão do Copom, a inflação acumulada em 12 meses, que começou a recuar no último trimestre de 2011, tende a seguir em declínio e a se deslocar em direção ao centro da meta. A inversão constatada na tendência da inflação contribui positivamente para melhorar as expectativas dos agentes econômicos sobre a dinâmica da inflação neste e nos próximos trimestres. Os riscos que ainda permanecem são: (i) possível ampliação da expansão do crédito, que cresce em ritmo moderado; (ii) estreita margem de ociosidade do mercado de trabalho, com risco significativo de concessão de aumentos salariais incompatíveis com o crescimento da produtividade e (iii) nível de incerteza muito acima do usual nos mercados externos. Nesse último caso, embora a probabilidade de ocorrência de eventos extremos no sistema financeiro internacional tenha recuado nos últimos meses, ainda

continuam elevados os riscos associados ao processo de desalavancagem de bancos, famílias e governos nos principais blocos econômicos.

Analistas esperam mais uma redução da Selic na reunião do dia 28 agosto, mas não há consenso sobre o comportamento do Copom nas duas últimas reuniões do ano (outubro e novembro). Essa avaliação decorre do fato de que o Copom voltou a avisar que qualquer movimento de flexibilização monetária adicional deve ser conduzido com parcimônia, devido aos efeitos cumulativos e defasados das ações de política implementadas até o momento. De acordo com a última edição do Relatório de Mercado do Banco Central (13/7), a Selic deverá encerrar o ano em 7,5% e alcançar 8,5% no final de 2013. De acordo com o Relatório de Inflação do Banco Central (divulgado em 28/6), as projeções de inflação no cenário de referência, que pressupõe manutenção da taxa de câmbio constante no horizonte de previsão em R\$2,00/US\$ e meta para a taxa Selic em 8,50% a.a., indicam que o IPCA deverá apresentar variação de 4,7% em 2012, de 5% em 2013 e de 5,1% para 2014.

A inflação medida pelo IPCA apresentou forte desaceleração em junho, com variação de 0,08% (menor índice desde agosto de 2010), ante alta de 0,36% em maio. De acordo com o IBGE, o grupo transporte foi o principal responsável pela desaceleração do IPCA em junho, com variação negativa de 1,18% e impacto de - 0,24 p.p. O item automóveis novos exerceu forte pressão para baixo, por conta da redução do IPI (em maio), que provocou queda de 5,48% nos preços de junho. Além dos automóveis, os preços dos combustíveis continuaram em queda, embora de forma menos intensa. O segundo grupo que mais contribuiu para a desaceleração da inflação em junho foi habitação, por conta da redução do preço da energia elétrica e da taxa de água e esgoto. No acumulado do primeiro semestre de 2012, o IPCA contabiliza elevação 2,32%, bem abaixo dos 3,87% registrados em igual período de 2011. Em 12 meses, o IPCA alcançou 4,92%, o mais baixo patamar desde setembro de 2010 (4,70%). Cumpre registrar que, a partir de janeiro de 2012, o IBGE alterou a metodologia de cálculo do IPCA, utilizando a nova base de estruturas de gastos de consumo.

A partir de abril de 2011, o IBGE passou a divulgar mensalmente o Índice de Preço ao Produtor (IPP), que mede a evolução dos preços de produtos “na porta da fábrica”, sem impostos e sem frete, de 23 setores da indústria de transformação. O período de divulgação tem defasagem de dois meses. Em maio de 2012, o IPP registrou inflação de 1,65%, ante alta de 1,38% em abril. As maiores altas observadas em maio se deram entre os produtos das seguintes atividades industriais: fumo (6,94%), equipamentos de transporte, exceto veículos (4,48%), produtos químicos (3,19%) e alimentos (3,11%). No ano, o IPP registra inflação de 3,32%, e no acumulado de 12 meses até abril, alta 4,73%.

## *Política Fiscal*

O superávit primário do setor público em maio alcançou R\$ 2,7 bilhões, bem abaixo do registrado em igual mês do ano passado (R\$ 7,5 bilhões). O pagamento de juros no mês somou R\$ 18,7 bilhões, contra R\$ 17,2 bilhões em abril (o maior número de dias úteis no mês contribuiu para o aumento). Por conta do pagamento de juros no mês, o déficit nominal alcançou 4,2% do PIB (maior valor desde dezembro de 2011). A dívida líquida do setor público alcançou R\$ 1,492 trilhão, equivalente a 35% do PIB (menor nível da série), com redução de 0,7 p.p. em relação ao mês anterior, devido ao fato do setor público ser credor em dólares (a desvalorização cambial de 6,9% no mês representou uma redução de R\$ 42,2 bilhões na dívida). A dívida bruta, variável utilizada nas comparações internacionais, alcançou R\$ 2,43 trilhões em maio de 2012, equivalente a 56,9% do PIB (elevando-se em 0,1 p.p em relação a abril).

A queda superávit primário de 3,93% para 3,55% do PIB, na comparação dos primeiros cinco meses do ano com igual período de 2011, resultou do menor esforço fiscal das instâncias dos governos regionais e do aumento do déficit das estatais, contrabalançada por pequeno aumento do superávit do governo central (ver tabela 2 nos anexos). O déficit da Previdência ficou estável, na comparação dos primeiros cinco meses de 2012 com igual período do ano anterior.

Em 12 meses, o superávit primário caiu para 3% do PIB, ficando abaixo da meta fixada para este ano (3,1%). Por conta da redução do pagamento de juros, o déficit nominal em 12 meses se manteve estável em 2,4% do PIB (ver tabela 3 no anexo).

O resultado negativo inesperado das contas públicas no mês de maio comprometeu a análise de que o governo deverá cumprir com folga o superávit primário neste ano, estimado em R\$ 139,8 bilhões (3,1% do PIB). De fato, a economia realizada até maio alcançou 45% do total previsto para o ano, com evolução de apenas 2 p.p em relação ao mês de abril. Analistas e investidores já trabalham com a hipótese de descumprimento da meta para este ano. As expectativas para o superávit primário, captadas pela pesquisa do Banco Central, caíram para 2,95%. A frustração na arrecadação dos impostos e contribuições, como o Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), IPI e IOF, é o principal motivo da reversão das expectativas.

Embora o resultado primário esteja em queda, a redução da Selic tem contribuído para a queda do déficit nominal e, em consequência, da dívida pública. A redução da taxa básica de juros, que deverá alcançar 7,5% até o fim do ano (conforme pesquisa do Banco Central), ajudará o governo, pois cada ponto porcentual de queda, considerando o atual nível de indexação da dívida pública federal, resulta na redução de R\$ 10,4 bilhões dos juros. Os efeitos acumulados da redução de 4,5 p.p dos juros ainda refletirão sobre a conta de juros ao longo deste ano.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, o governo não pretende mexer na meta fiscal deste ano, mas há entendimento de que a crise externa é bem relevante e o setor público deverá atuar mais ativamente para estimular a economia interna. O governo pretende estimular os investimentos, tanto públicos quanto privados. Está previsto para o mês de agosto um novo modelo de concessões de infraestrutura, no qual o governo deverá abrir mão de recursos para melhorar a rentabilidade dos projetos e consequentemente encorajar investidores. Pelo lado dos gastos, além da redução do IPI para bens de consumo duráveis, anunciada recentemente, o

governo estuda direcionar preferencialmente suas compras para as empresas brasileiras. Para o PAC 2, há um programa de compra de R\$ 1,8 bilhão destinado à aquisição de 3.580 retroescavadeiras e 1.330 motoniveladoras, que serão doadas aos municípios até 18 de setembro. Também foi anunciado o PAC das cidades médias, para as quais serão destinadas cerca de R\$ 7 bilhões. Certamente é oportuna a mobilização do governo para enfrentar a crise, sendo exigida pela atual conjuntura uma política anticíclica. No entanto, mais oportuno ainda é tratar essa política de desonerações e de investimentos como estratégica, lastreada em um Estado menos arrecadador e cada vez mais eficiente, tanto na contenção dos gastos correntes, quanto em pagamentos de juros.

## Contas Externas

O déficit em conta corrente de US\$ 21 bilhões no acumulado dos primeiros cinco meses deste ano pode ser explicado pelo saldo negativo do *agregado* serviços e rendas, que passou de -US\$ 32,5 bilhões em 2011 para -US\$ 28,4 bilhões em igual período de 2012, em virtude, principalmente, das remessas de lucros e dividendos, despesas com aluguel de equipamentos, viagens internacionais, pagamento de juros, e transporte. A balança comercial apresentou superávit de US\$ 6,3 bilhões e o saldo das transferências unilaterais alcançou US\$ 1,1 bilhão de janeiro a maio de 2012.

A entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED) no País alcançou US\$ 23,3 bilhões, contra US\$ 27 bilhões nos primeiros cinco meses de 2011, destinados principalmente para as seguintes atividades: metalurgia; produtos alimentícios; extração de petróleo e gás natural; comércio, exceto veículos; eletricidade, gás e outras utilidades; produtos farmoquímicos e farmacêuticos; atividades imobiliárias; serviços financeiros e atividades auxiliares; extração de minerais metálicos; e produtos químicos.

O último *Relatório de Mercado* do BC apresenta as seguintes projeções para o ano de 2012: saldo de US\$ 18 bilhões na balança comercial, déficit

de US\$ 62,2 bilhões na conta corrente e fluxo de US\$ 55 bilhões em investimentos estrangeiros diretos.

No acumulado do primeiro semestre deste ano, o fluxo de entrada de dólares superou o de saída em US\$ 22,9 bilhões, contra US\$ 39,8 bilhões em igual período de 2011, reflexo da entrada de US\$ 20,1 bilhões no mercado comercial e de US\$ 2,8 bilhões no mercado financeiro. A cotação do dólar reflete a especulação dos bancos no mercado de câmbio, cuja posição comprada em dólar (aposta na desvalorização do Real), alcançou US\$ 2,3 bilhões em junho. Após iniciar o ano cotado a R\$ 1,87, o dólar apresentou queda, alcançando R\$ 1,70 no final de fevereiro. A partir de março, o dólar registrou alta, refletindo principalmente a redução da taxa Selic (com a expectativa de novos cortes nos próximos meses) e o aumento da aversão global ao risco, em função do agravamento da crise europeia. Em meados de julho, o dólar alcançou R\$ 2,02.

A dívida externa total brasileira alcançou US\$ 298,2 bilhões em maio, tendo a dívida de longo prazo atingido US\$ 264,1 bilhões e a de curto prazo totalizado US\$ 34,1 bilhões.

O valor das exportações brasileiras alcançou US\$ 19,4 bilhões em junho, contra importações de US\$ 18,5 bilhões, gerando um saldo comercial de US\$ 807 milhões, contra US\$ 3 bilhões no mês anterior. No primeiro semestre deste ano, as exportações alcançaram US\$ 117,2 bilhões, uma queda de 0,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, e as importações, US\$ 110,1 bilhões, alta de 4,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. As importações registraram recorde para o período de janeiro a junho. O superávit comercial no acumulado em 2012 foi da ordem de US\$ 7,1 bilhões, valor US\$ 5,9 bilhões inferior ao de igual período do ano passado. No período acumulado de 12 meses até junho, as exportações alcançaram US\$ 255 bilhões e as importações US\$ 231 bilhões. A expectativa da Secex é que as exportações brasileiras alcancem US\$ 264 bilhões no final de 2012, alta de 3,1% em relação ao verificado em 2011.

## *Front Externo*

Os ministros das Finanças da zona do euro aprovaram formalmente um resgate de até 100 bilhões de euros para a recapitalização dos bancos espanhóis. A quantia exata que a Espanha tomará emprestado da zona do euro só será determinada em setembro. Em troca da ajuda europeia, a Espanha comprometeu-se a cumprir 32 condições impostas ao setor financeiro como um todo. Além disso, o país terá que se submeter a uma severa vigilância da zona do euro. Uma equipe formada pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e a Autoridade Bancária Europeia (EBA) verificará trimestralmente o cumprimento das condições.

A aprovação acontece poucos dias depois do primeiro-ministro da Espanha, Mariano Rajoy, anunciar uma série de medidas do pacote de austeridade para o país, incluindo aumento de impostos e cortes no orçamento que chegarão a uma economia de 65 bilhões de euros (cerca de R\$ 162 bilhões) ao longo de um período de dois anos e meio. As autoridades regionais terão que fazer cortes de 3,5 bilhões de euros em seus orçamentos (quase R\$ 9 bilhões).

Em relação à Grécia, o Banco Central Europeu (BCE) anunciou que não mais aceitará como garantia os títulos soberanos gregos ou outros ativos garantidos pelo governo do país a partir de 25 de julho. Tal decisão deverá forçar os bancos gregos a recorrer ao banco central nacional para usar fundos sob o programa de assistência de emergência de liquidez, que são mais caros do que aqueles disponíveis no BCE em operações regulares de liquidez. Os bancos gregos já usaram um total de 62 bilhões de euros dos fundos de emergência de liquidez, vindos do banco central da Grécia no final de junho, além de 74 bilhões em operações regulares de liquidez do BCE.

Bancos de países na zona do euro também possuem grandes blocos de dívida grega, mas podem disponibilizar outros bens para usar como garantias e não devem ser tão atingidos.

Segundo a Eurostat, a produção industrial da zona do euro cresceu 0,6% e a da União Européia 0,5% em maio na comparação com o mês imediatamente anterior. Já na comparação com o mesmo mês do ano anterior registrou-se queda de 2,8% na zona do euro e de 2,3% na União Europeia. Ainda de acordo com dados da Eurostat, o desemprego na zona do euro foi de 11,1%, o que equivale a 17,6 milhões de pessoas em maio. O índice de preços ao consumidor da zona do euro registrou variação de 2,4% em maio, enquanto a taxa de desemprego alcançou 11% em abril.

Nos Estados Unidos, de acordo com a segunda estimativa do *Bureau of Economic Analysis* (BEA), o PIB norte-americano cresceu 1,9% no primeiro trimestre de 2012, contra uma expansão de 3% no quarto trimestre de 2011, em termos anualizados. O crescimento levemente menor do que o originalmente avaliado é resultado de uma alta menor dos gastos do consumidor e dos estoques, embora os lucros corporativos tenham subido. Os dados ficaram em linha com as projeções.

Segundo informações do “Livro Bege” do Fed, a economia dos Estados Unidos cresceu a um ritmo moderado em junho e no começo de julho, mas o mercado de mão de obra apresentou um crescimento apenas “morno”, em função da demanda ainda fraca e das incertezas em relação à política fiscal norte-americana.

Segundo o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, o Índice de Preços ao Consumidor (CPI, na sigla em inglês) aumentou 1,7% em junho, após ter apresentado resultado negativo (0,3%) em maio. A deflação registrada em maio foi a mais acentuada desde dezembro de 2008, o que reforça a percepção de que o Fed manterá a sua política de juros baixos nos próximos meses.

Na China, de acordo com dados divulgados pelo *National Bureau of Statistics of China*, o crescimento da produção industrial foi de 9,5% em junho em relação ao mesmo mês do ano anterior e expansão de 10,5% no acumulado do ano. Registrou-se ainda uma aceleração no investimento em ativos fixos, o que provavelmente reflete os esforços do governo para

estimular o crescimento por meio da aprovação de projetos de infraestrutura e de construção.

O índice de preços ao consumidor chinês cresceu 2,2% em junho, em relação ao mesmo período de 2011.

Quanto à economia do Japão, segundo dados divulgados pelo METI (Ministério da Economia, Comércio e Indústria), a produção industrial caiu 3,4% em maio, na comparação com o mês anterior, e cresceu 6% em relação ao verificado em igual mês de 2011. A comparação anual reflete o efeito comparação do tsunami ocorrido em março de 2011. Os setores industriais que mais contribuíram para a queda foram equipamentos de transporte, produtos químicos e máquinas em geral. Em maio, a taxa de desemprego alcançou 4,4%, enquanto o índice de preços ao consumidor registrou alta de 0,2%.

Na Argentina o governo da presidente Cristina Kirchner mantém a restrição à compra de dólares. Nos últimos meses, o governo Kirchner lançou uma série de medidas para restringir o acesso ao dólar. Atualmente, os argentinos só podem adquirir a moeda para viagens ao exterior (com a apresentação da passagem aérea), doações para pessoas vítimas de catástrofes naturais ou para casos de caráter humanitário de conhecimento público.

Desde a instauração das primeiras restrições, em novembro passado, o volume de operações caiu 50%. Analistas alertam para aumento da diferença entre a cotação do dólar oficial e a do paralelo, o que eleva o risco de uma maxidesvalorização da moeda norte americana.

## *O atual cenário exige a realização das reformas estruturais*

O Governo Federal conseguiu aprovar na Câmara dos Deputados algumas Medidas Provisórias (MPs) da segunda etapa do Plano Brasil Maior, restando que as mesmas sejam aprovadas no Senado para virarem lei. O sentido das medidas é o de desonerar a folha de pagamento de alguns setores industriais e repassar R\$ 45 bilhões de recursos do Tesouro para o BNDES, além de ampliar o capital do BNB em R\$ 4 bilhões e do BASA em R\$ 1 bilhão. Ademais, foi criada uma agência de garantias financeiras para grandes projetos. A Câmara aprovou ainda a mudança do regime automotivo, com a expectativa de se ajustar a regulamentação das novas regras para as montadoras, que entrarão em vigor em 2013. Será permitida a entrada de montadoras estrangeiras, importadoras, condicionando-se a redução do IPI à compra de autopeças nacionais e impedindo que as mesmas sejam beneficiadas, caso não façam compras e investimentos no País.

A análise da conjuntura econômica do setor industrial aponta comportamentos diferenciados de acordo com o perfil setorial. Os fabricantes de bens de consumo, que sofrem maior influência do cenário externo, a exemplo de calçados, têxteis, móveis e autopeças, têm sofrido bastante com o impacto da crise e da concorrência estrangeira. Desse modo, o governo tem oferecido tratamento prioritário aos mesmos, através da desoneração da folha e da oferta de crédito diferenciado através do Plano Brasil Maior.

Por outro lado, os segmentos especialmente voltados ao mercado interno como o de Alimentos e Bebidas, Minerais Não-Metálicos e Construção Civil, além de alguns setores industriais intensivos em capital, como o de Refino e Celulose, apesar de também sofrerem os efeitos da redução da atividade,

verificam melhores resultados, beneficiando-se dos preços das *commodities* em patamar relativamente elevado, em termos históricos.

O setor industrial baiano deve estar ciente de que as medidas governamentais adotadas, incluindo as relacionadas ao Plano Brasil Maior, têm eficácia limitada e de curta duração. Percebe-se, nos últimos anos, uma contínua reedição de ações pontuais, aberturas de linha de crédito no BNDES, reduções do IPI, incentivos setoriais etc. que em nenhum momento atingem o cerne da questão. Em realidade, o Brasil enfrenta grave crise de competitividade, sobretudo em sua indústria. Para reverter essa situação, mais do que lançar medidas governamentais emergenciais, é necessário realizar as Reformas Estruturais (Tributária, Previdenciária, Trabalhista e Política) e enfrentar, de forma eficaz, o chamado “Custo Brasil”. Por exemplo, as empresas brasileiras enfrentam dificuldades para concorrer com empresas asiáticas, pois pagam a terceira energia elétrica mais cara do planeta, sendo que cerca de metade da tarifa de energia é composta de tributos e encargos setoriais. Enfrentam ainda uma elevadíssima carga tributária, com um sistema confuso e anacrônico de cobrança que não cabe mais ser remediado.

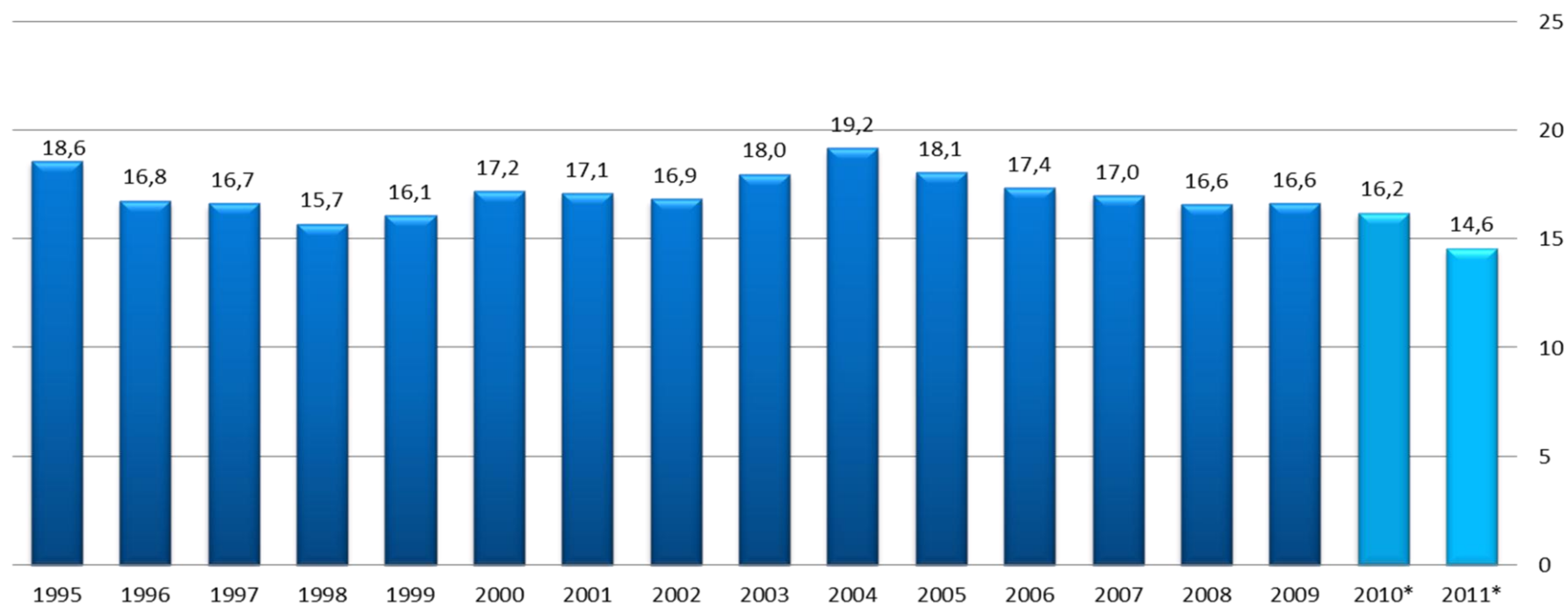
É preciso aprovar uma Reforma Tributária que simplifique a cobrança, reduza o número de impostos e desonere a produção e os investimentos. O Brasil necessita também de investimentos urgentes em infraestrutura, reduzindo o peso da logística saturada ou inexistente no custo final da sua produção. Caso o Estado não possua capacidade para realizar tais investimentos, que sejam revistas as legislações e regulamentações restritivas existentes, abrindo-se espaço para a participação da iniciativa privada nas rodovias, ferrovias, portos e aeroportos do País. Acredita-se que o atual momento de crise poderá abrir a oportunidade para o Brasil promover as reformas necessárias para que o País trilhe o caminho do desenvolvimento sustentado e do aperfeiçoamento do seu sistema democrático.



Compõem o presente Anexo os seguintes documentos:

- (i) Brasil: Representatividade da Indústria de Transformação (% PIB) (pág.10);
- (ii) Brasil: Composição das Exportações 1995 a 2012, em % (pág.11);
- (iii) Bahia: Composição das Exportações 1995 a 2012, em % (pág.12);
- (iv) Tabelas de Política Fiscal (págs. 13 a 15);
- (v) Brasil e Bahia: Evolução Mensal dos Saldos das Admissões menos Desligamentos de Trabalhadores regidos pela CLT, no período janeiro a maio 2012 (págs. 16 e 17);
- (vi) Indicadores de Economias Avançadas (pág. 18);
- (vii) Indicadores Econômicos de Países Emergentes (pág. 19); e
- (viii) Relatório de Mercado do Banco Central - Expectativas de Mercado (págs. 20 e 21).

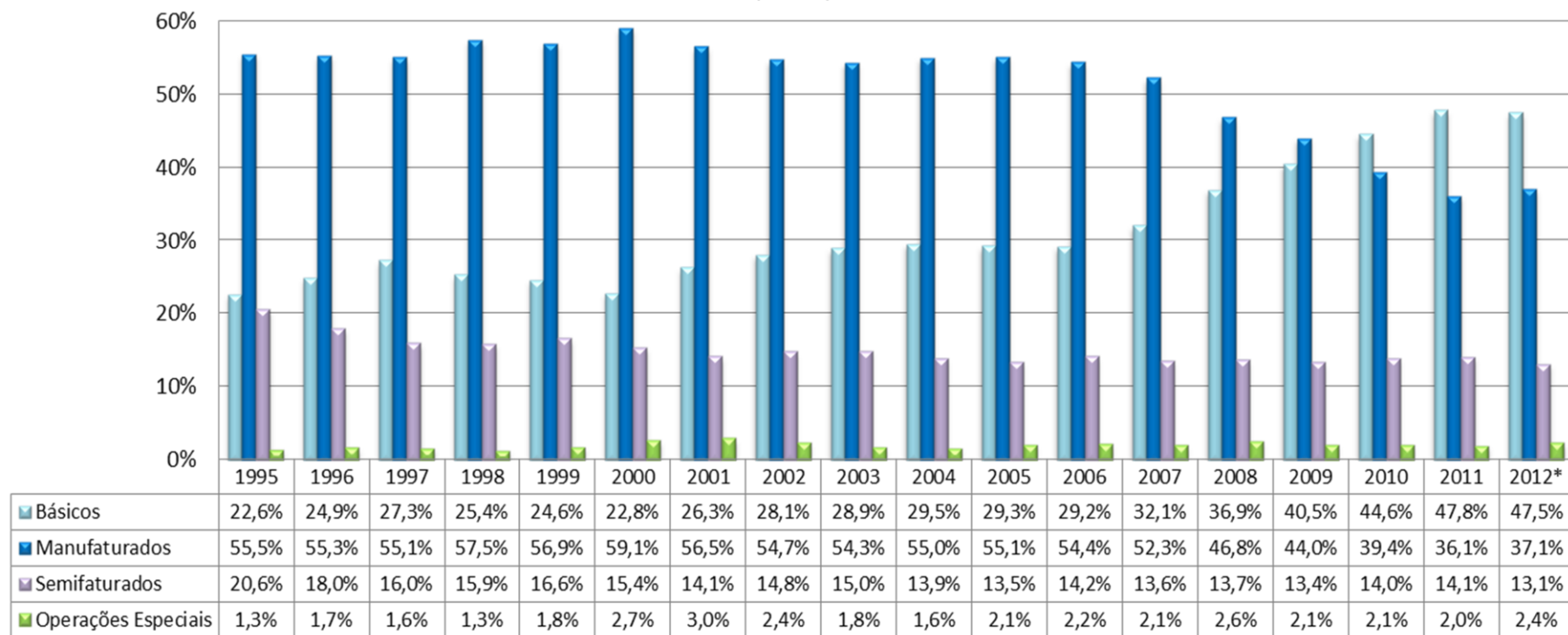
### Brasil: Representatividade da Indústria de Transformação 1995 - 2011 (Em % do PIB)



Fonte: Ipeadata; elaboração FIEB/SDI.

(\*) Dados preliminares.

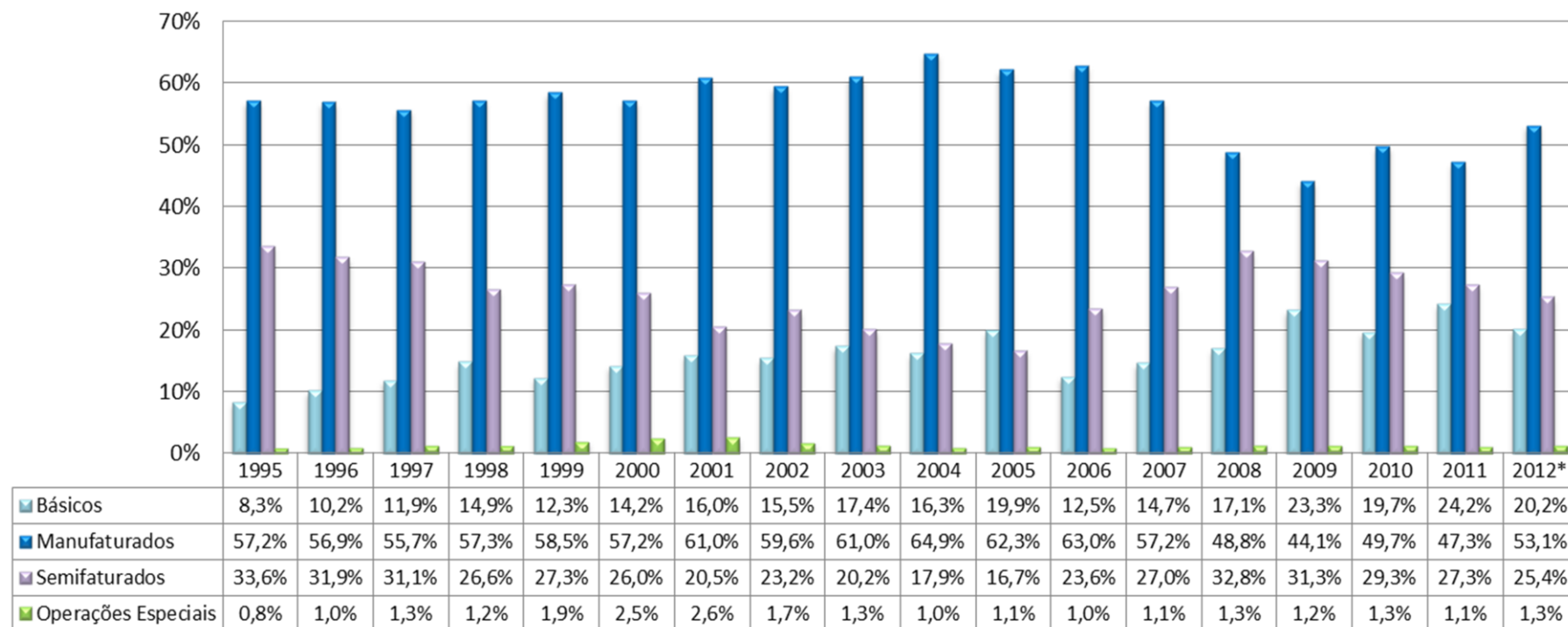
### Brasil: Composição das Exportações 1995 - 2012 (Em %)



Fonte: MDIC/Secex; elaboração FIEB/SDI.

Nota: 2012 de janeiro a maio.

### Bahia: Composição das Exportações 1995 - 2012 (Em %)



Fonte: MDIC/Secex; elaboração FIEB/SDI.

Nota: 2012 de janeiro a maio.

**Tabela 1 - Necessidade de financiamento do setor público consolidado (NFSP)***(Fluxos mensais, em R\$ bilhões e em % do PIB\*)*

Discriminação	2011						2012									
	mai	(%)	nov	(%)	dez	(%)	jan	(%)	fev	(%)	mar	(%)	abr	(%)	mai	(%)
<b>Primário</b>	<b>7,51</b>	<b>2,1</b>	8,20	2,2	1,93	0,5	26,02	7,8	9,51	2,9	10,44	2,9	14,24	3,9	<b>2,65</b>	<b>0,7</b>
<b>Juros nominais</b>	<b>-22,17</b>	<b>-6,3</b>	-18,37	-5,0	-20,57	-5,7	-19,66	-5,9	-18,27	-5,6	-21,04	-5,9	-17,22	-4,7	<b>-18,72</b>	<b>-4,9</b>
<b>Nominal</b>	<b>-14,67</b>	<b>-4,1</b>	-10,16	-2,8	-18,64	-5,1	6,35	1,9	-8,75	-2,7	-10,60	-3,0	-2,98	-0,8	<b>-16,06</b>	<b>-4,2</b>

Fonte: Banco Central; elaboração FIEB/SDI

**Tabela 2 - Necessidade de financiamento do setor público (NFSP)***(Valores acumulados, em R\$ bilhões e em % do PIB)*

Contas públicas	Janeiro a Maio	Primário		Juros		Nominal	
		R\$ bi	%	R\$ bi	%	R\$ bi	%
<b>a. Governo central</b>	2011	45,69	2,77	-72,69	-4,41	-27,01	-1,64
	<b>2012</b>	<b>46,04</b>	<b>2,60</b>	<b>-73,05</b>	<b>-4,12</b>	<b>-27,01</b>	<b>-1,52</b>
<b>b. Governos regionais</b>	2011	19,05	1,16	-26,70	-1,62	-7,65	-0,46
	<b>2012</b>	<b>17,20</b>	<b>0,97</b>	<b>-20,61</b>	<b>-1,16</b>	<b>-3,41</b>	<b>-0,19</b>
<b>c. Empresas estatais</b>	2011	0,09	0,01	-1,37	-0,08	-1,28	-0,08
	<b>2012</b>	<b>-0,38</b>	<b>-0,02</b>	<b>-1,24</b>	<b>-0,07</b>	<b>-1,62</b>	<b>-0,09</b>
Total (a + b + c)	2011	64,82	3,93	-100,76	-6,11	-35,94	-2,18
	<b>2012</b>	<b>62,86</b>	<b>3,55</b>	<b>-94,91</b>	<b>-5,36</b>	<b>-32,04</b>	<b>-1,81</b>

Fonte: Banco Central; elaboração FIEB/SDI

Governo Federal (R\$ 63,6 bilhões) + Banco Central (-R\$ 262 milhões) + INSS (-R\$ 17,6 bilhões).

**Governo Federal (R\$ 64,1 bilhões) + Banco Central (-R\$ 209 milhões) + INSS (-R\$ 17,8 bilhões).**

**Tabela 3 - Necessidade de financiamento do setor público consolidado (NFSP)***(Fluxos de 12 meses, em R\$ bilhões e em % do PIB)*

Discriminação	2011						2012									
	mai	(%)	nov	(%)	dez	(%)	jan	%	fev	%	mar	%	abr	%	mai	%
<b>Primário</b>	<b>126,64</b>	<b>3,2</b>	137,63	3,3	128,71	3,1	136,98	3,3	138,58	3,3	135,42	3,2	131,61	3,1	<b>126,76</b>	<b>3,0</b>
<b>Juros nominais</b>	<b>-219,77</b>	<b>-5,6</b>	-235,64	-5,7	-236,67	-5,7	-237,05	-5,7	-236,21	-5,7	-236,70	-5,6	-234,28	-5,5	<b>-230,82</b>	<b>-5,4</b>
<b>Nominal</b>	<b>-93,13</b>	<b>-2,4</b>	-98,01	-2,4	-107,96	-2,6	-100,08	-2,4	-97,63	-2,3	-101,28	-2,4	-102,67	-2,4	<b>-104,07</b>	<b>-2,4</b>

Fonte: Banco Central; elaboração FIEB/SDI

## Brasil - Evolução Mensal dos Saldos das Admissões menos Desligamentos de Trabalhadores regidos pela CLT (2011 - 2012)

	jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	Acumulado 12 meses	Acumulado no ano (MTE) <sup>1</sup>	Acumulado 12 meses (MTE) <sup>1</sup>
<b>TOTAL</b>	118.895	150.600	111.746	216.974	139.679	1.254.080	877.909	1.607.209
<b>1.EXTRAT MINERAL</b>	1.194	1.490	1.604	1.655	1.251	16.224	7.689	17.454
<b>2.IND.TRANSFORMAÇÃO</b>	37.462	19.609	-5.048	30.318	20.299	55.947	116.928	92.560
<b>MIN. NÃO METÁLICOS</b>	1.852	328	930	2.678	669	15.473	7.660	19.324
<b>METALÚRGICA</b>	4.612	2.132	266	-563	-999	1.641	7.100	5.749
<b>MECÂNICA</b>	4.339	683	1.421	301	-206	15.273	7.445	16.627
<b>MAT. ELÉTRICO COMUM.</b>	1.544	506	2.090	921	-680	10.686	4.670	11.474
<b>MAT. DE TRANSPORTE</b>	445	217	-143	-472	-3.300	-1.722	-2.773	-932
<b>MADEIRA E MOBILIÁRIO</b>	2.366	135	511	2.891	-81	7.081	7.479	11.324
<b>PAP., PAPELÃO, EDIT.</b>	184	-362	-354	911	-308	703	1.035	2.521
<b>BOR., FUMO, COUROS</b>	3.485	4.933	5.460	4.542	1.975	-3.905	21.093	-2.648
<b>QUIM., PROD. FARM., VET.</b>	5.450	2.601	3.335	12.740	6.781	19.111	33.350	22.997
<b>TÊXTIL, VESTUÁRIO</b>	2.148	2.256	2.728	3.140	840	-22.316	13.262	-16.752
<b>CALÇADOS</b>	6.148	5.562	3.919	719	-2.248	-13.330	14.712	-12.146
<b>PROD. ALIMENT., BEBIDAS</b>	4.889	618	-25.211	2.510	17.856	27.252	1.895	35.022
<b>3.SERV. IND. UT. PÚBLICA</b>	974	896	1.021	2.062	-14	6.255	5.343	7.396
<b>4.CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	42.199	27.811	35.935	40.606	14.886	184.220	192.976	256.375
<b>5.TOTAL INDÚSTRIA</b>	81.829	49.806	33.512	74.641	36.422	262.646	322.936	373.785
<b>6.COMÉRCIO</b>	-36.345	-6.645	6.412	33.704	9.749	313.102	35.648	397.732
<b>7.SERVIÇOS</b>	61.463	93.170	83.182	82.875	44.587	698.057	420.288	831.210
<b>8.ADM PÚBLICA</b>	-370	14.694	5.724	3.838	2.660	15.079	28.723	16.264
<b>9.AGRIC., SILVICULT.</b>	12.318	-425	-17.084	21916	46.261	-34.804	70.314	-11.782

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; Elaboração FIEB/SDI

(1) Em janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mudou a metodologia de apuração dos dados da CAGED, alterando os valores do período de janeiro a novembro de 2010.



## Bahia - Evolução Mensal dos Saldos das Admissões menos Desligamentos de Trabalhadores regidos pela CLT (2011 - 2012)

	jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	Acumulado 12 meses	Acumulado no ano (MTE) <sup>1</sup>	Acumulado 12 meses (MTE) <sup>1</sup>
<b>TOTAL</b>	6.861	-1619	2.243	7.847	3.071	30.940	27.096	51258
<b>1.EXTRAT MINERAL</b>	175	-22	-16	-47	151	922	268	957
<b>2.IND.TRANSFORMAÇÃO</b>	1375	-908	-911	1571	1.111	1802	2.828	3.524
<b>MIN. NÃO METÁLICOS</b>	157	37	-79	84	-30	253	181	691
<b>METALÚRGICA</b>	196	-161	44	-143	-198	-89	-210	77
<b>MECÂNICA</b>	-141	47	-39	149	213	931	223	947
<b>MAT. ELÉTRICO COM UM.</b>	270	51	274	-60	-89	511	458	552
<b>MAT. DE TRANSPORTE</b>	73	-300	-311	14	39	-31	-447	12
<b>MADEIRA E MOBILIÁRIO</b>	-33	-45	-93	31	-36	151	-151	185
<b>PAP., PAPELÃO, EDIT.</b>	42	-90	-19	51	-28	22	-34	108
<b>BOR., FUMO, COUROS</b>	91	176	33	55	45	550	405	591
<b>QUIM., PROD. FARM., VET.</b>	-27	-48	21	43	129	700	315	868
<b>TÊXTIL, VESTUÁRIO</b>	101	-103	-41	7	38	32	7	33
<b>CALÇADOS</b>	163	-13	-333	-259	-429	-3.919	-863	-3.911
<b>PROD. ALIMENT., BEBIDAS</b>	483	-459	-368	1599	1457	2.691	2.944	3.371
<b>3.SERV. IND. UT. PÚBLICA</b>	-49	-38	104	-166	-320	182	-428	277
<b>4.CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	1477	-1758	2.647	1.153	-174	-1872	6.032	4.144
<b>5.TOTAL INDÚSTRIA</b>	2.978	-2.726	1.824	2.511	768	1.034	8.700	8.902
<b>6.COMÉRCIO</b>	-546	-678	-1.194	785	226	7.002	517	12.641
<b>7.SERVIÇOS</b>	3.363	1457	2.299	1.843	-1.652	21.900	10.012	28.379
<b>8.ADM PÚBLICA</b>	-105	43	154	133	41	382	275	387
<b>9.AGRIC., SILVICULT.</b>	1.171	285	-840	2.575	3.688	622	7.592	949

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; Elaboração FIEB/SDI

(1) Em janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mudou a metodologia de apuração dos dados da CAGED, alterando os valores do período de janeiro a novembro de 2010.

## Indicadores de economias avançadas

Países	PIB* (%)	PIB, previsões (%)		Produção Industrial*	Taxa de desemprego** (%)	IPC** (%)	Juros % a.a.		Balança comercial	Conta corrente	CC/PIB, previsão (%)						
		2012	2013				(3 meses)	(10 anos)				(Últ. 12 meses, US\$ bilhões)	2012				
Austrália	4,3	Q1	3,3	3,2	4,7	Q1	5,2	Jun	1,6	Q1	4,00	2,90	27,2	Mai	-38,9	Q1	-3,5
Áustria	2,0	Q1	0,3	1,0	0,4	Abr	4,1	Mai	2,1	Mai	0,51	2,09	-12,2	Abr	7,7	Q1	2,6
Bélgica	0,5	Q1	nil	0,8	-8,4	Abr	7,2	Mai	2,3	Jun	0,51	2,69	13,5	Abr	-4,6	Mar	0,4
Inglaterra	-0,2	Q1	0,1	1,5	-1,6	Mai	8,2	Mar	2,8	Mai	0,89	1,68	-166,4	Mai	-54,0	Q1	-1,7
Canadá	1,8	Q1	2,1	2,3	1,4	Abr	7,2	Jun	1,2	Mai	1,31	1,68	3,6	Mai	-48,4	Q1	-2,4
Noruega	4,3	Q1	1,3	1,6	12,2	Mai	3,0	Abr	0,5	Jun	2,25	1,71	75,9	Mai	79,3	Q1	13,2
Dinamarca	0,3	Q1	0,6	1,2	-6,2	Mai	6,2	Mai	2,2	Jun	0,41	1,13	13,7	Mai	20,2	Mai	4,6
França	0,3	Q1	0,2	0,6	-3,5	Mai	10,1	Mai	1,9	Jun	0,51	2,31	-90,5	Mai	-51,4	Mai	-2,0
Alemanha	1,7	Q1	0,8	1,2	nil	Mai	6,8	Jun	1,7	Jun	0,51	1,28	225,5	Mai	206,9	Mai	5,2
Itália	-1,4	Q1	-2,0	-0,4	-6,9	Mai	10,1	Mai	3,3	Jun	0,51	5,80	-17,0	Abr	-53,1	Abr	-2,3
Japão	2,8	Q1	2,3	1,5	6,2	Mai	4,4	Mai	0,2	Mai	0,20	0,79	-45,6	Mai	90,7	Mai	1,5
Holanda	-0,8	Q1	-0,9	0,5	-0,5	Mai	6,2	Mai	2,1	Jun	0,51	1,71	nil	Mai	77,9	Q1	7,7
Espanha	-0,4	Q1	-1,6	-1,0	-5,4	Mai	24,6	Mai	1,9	Mai	0,51	6,75	-59,6	Abr	-45,6	Abr	-2,6
Suécia	1,5	Q1	0,8	2,1	-2,3	Mai	8,1	Mai	1,0	Jun	2,12	1,32	11,9	Mai	37,8	Q1	5,9
Suíça	2,0	Q1	1,2	1,5	-1,4	Q4	2,9	Jun	-1,1	Jun	0,08	0,60	25,6	Mai	96,2	Q1	13,7
EUA	2,0	Q1	2,1	2,1	4,7	Mai	8,2	Jun	1,7	Mai	0,46	1,51	-758,6	Mai	-483,2	Q1	-3,2
Zona do Euro (15)	nil	Q1	-0,4	0,4	-2,8	Mai	11,1	Mai	2,4	Jun	0,51	1,28	22,8	Abr	22,7	Abr	nil

Fonte: The Economist (12/07/2012)

IPC = índice de preços ao consumidor

CC = conta corrente do balanço de pagamentos

\* Variação % sobre igual período do ano anterior.

\*\* Variação % em 12 meses.

## Indicadores econômicos de países emergentes

Países	PIB* (%)	PIB, previsões (%)		Produção industrial* (%)	IPC**	Juros c. prazo (%)	Balança comercial	Conta corrente	Reservas cambiais						
		2012	2013							(Últ. 12 meses, US\$ bilhões)	(US\$ bilhões)				
China	8,1	Q1	8,2	8,5	9,6	Mai	2,2	Jun	3,88	180,4	Jun	196,4	Q1	3326,6	Mar
Hong Kong	0,4	Q1	2,6	4,6	-1,7	Q1	4,2	Mai	0,45	-57,1	Mai	8,3	Q1	294,9	Jun
Índia	5,3	Q1	7,0	7,6	2,4	Mai	10,4	Mai	8,22	-171,9	Mai	-78,2	Q1	290,0	Jun
Indonésia	6,3	Q1	5,9	6,5	6,9	Abr	4,5	Jun	4,74	15,5	Mai	-3,8	Q1	106,5	Jun
Malásia	4,7	Q1	4,0	5,1	7,6	Mai	1,7	Mai	3,14	36,1	Mai	29,7	Q1	134,2	Jun
Paquistão	4,2	2012	4,2	3,3	-2,0	Abr	11,3	Jun	12,00	-21,2	Jun	-2,9	Q1	16,5	Abr
Filipinas	6,4	Q1	3,4	5,1	5,4	Abr	2,8	Jun	2,35	-10,9	Abr	7,0	Mar	76,3	Jun
Cingapura	16	Q1	3,1	4,2	6,6	Mai	5,0	Mai	0,26	38,7	Mai	53,2	Q1	243,4	Jun
Coréia do Sul	2,9	Q1	3,0	4,0	2,6	Mai	2,2	Jun	3,27	26,2	Jun	28,3	Mai	312,4	Jun
Taiwan	0,4	Q1	2,8	4,8	8,4	Fev	1,8	Jun	0,94	12,0	Jun	41,9	Q1	393,9	Q1
Tailândia	nil	Q1	6,0	4,7	5,5	Mai	2,6	Jun	2,69	-11,6	Mai	6,5	Q1	174,7	Jun
Argentina	5,2	Q1	3,4	3,9	-4,6	Mai	na	na	12,80	11,6	Mai	0,6	Q1	46,3	Jun
Brasil	0,8	Q1	3,0	4,5	-4,3	Mai	4,9	Jun	7,73	23,9	Jun	-50,9	Mai	373,9	Jun
Chile	5,6	Q1	4,5	4,5	3,3	Mai	2,6	Jun	0,42	7,4	Jun	-4,2	Q1	40,3	Jun
Colômbia	4,7	Q1	5,1	5,0	-1,9	Abr	3,2	Jun	5,48	3,3	Abr	-9,9	Q1	33,7	Mai
México	4,6	Q1	3,7	3,8	3,6	Abr	4,3	Jun	4,78	-1,8	Mai	-7,1	Q1	157,3	Jun
Peru	6,0	Q1	5,6	6,0	-4,2	Abr	4,0	Jun	3,18	8,0	Mai	-3,1	Q1	57,3	Jun
Venezuela	5,6	Q1	4,7	2,3	2,3	Mar	21,3	Jun	14,50	-35,1	Abr	26,7	Q1	28,4	Jun
Egito	5,2	Q1	1,6	3,7	9,3	Abr	7,2	Jun	13,90	-32,9	Abr	-6,8	Q1	15,6	Jun
Israel	3,3	Q1	2,2	3,3	4,6	Abr	1,6	Mai	2,18	-17,5	Mai	-0,9	Q1	75,1	Jun
Arábia Saudita	7,1	2011	5,0	4,5	na	na	4,9	Jun	0,94	327,7	2011	174,4	Q4	592,4	Mai
África do Sul	2,1	Q1	2,8	3,8	1,7	Abr	5,7	Mai	5,59	-7,4	Mai	-16,2	Q1	49,2	Jun
Rep. Tcheca	-0,4	Q1	-0,3	1,5	-2,4	Mai	3,5	Jun	1,07	13,5	Mai	-5,8	Q1	39,2	Jun
Hungria	-0,7	Q1	-0,8	0,8	1,8	Mai	5,6	Jun	7,20	8,7	Mai	1,8	Q1	44,8	Jun
Polônia	3,5	Q1	2,6	3,3	4,5	Mai	3,6	Mai	4,94	-21,0	Abr	-22,7	Abr	101,4	Jun
Rússia	4,9	Q1	3,7	3,9	3,7	Mai	4,3	Jun	7,42	211,0	Mai	104,6	Q2	514,3	Jun
Turquia	3,2	Q1	3,0	4,0	5,9	Mai	8,9	Jun	8,33	-97,6	Mai	-67,2	Mai	12,7	Abr

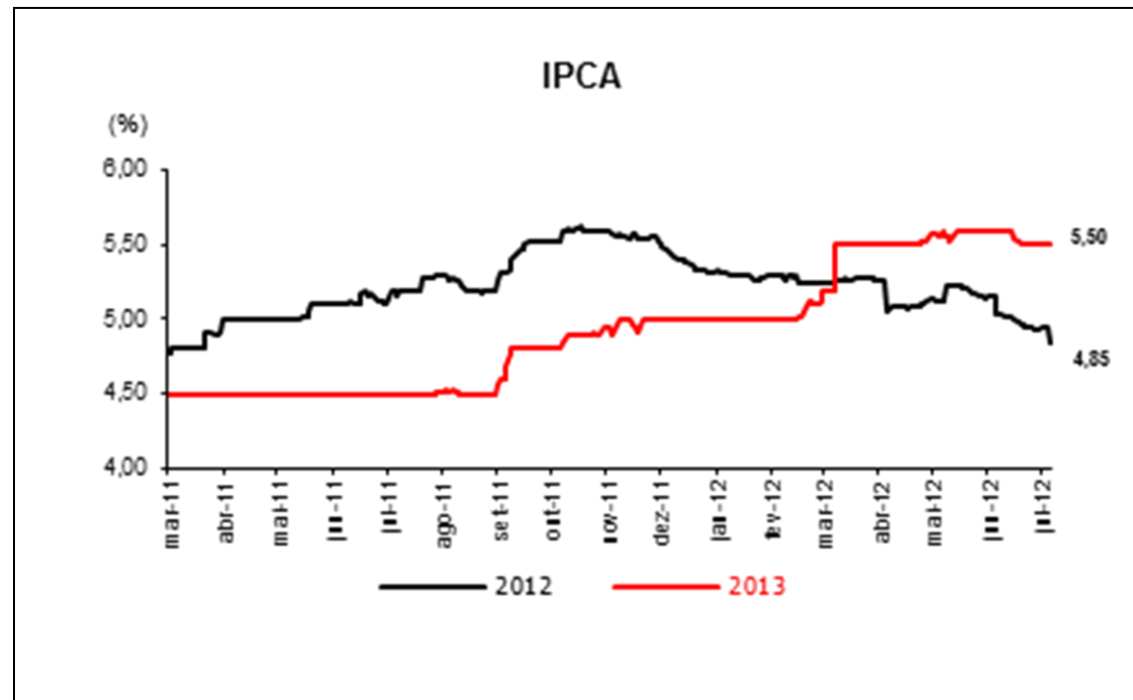
Fonte: The Economist (12/07/2012)

IPC = Índice de preços ao consumidor

\* Variação % sobre igual período do ano anterior.

\*\* Variação % em 12 meses.

**Relatório de Mercado do Banco Central:  
Expectativas de Mercado (06/07/2012)**



**Banco Central: Expectativas de Mercado**

<b>Indicadores Econômicos</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>IGP-M</b>	<b>6,09</b>	<b>5,00</b>
<b>Taxa de Câmbio (fim de período)</b>	<b>1,95</b>	<b>1,94</b>
<b>Taxa de Câmbio (média)</b>	<b>1,92</b>	<b>1,91</b>
<b>Meta Taxa Selic (fim de período)</b>	<b>7,50</b>	<b>8,50</b>
<b>Meta Taxa Selic (média)</b>	<b>8,53</b>	<b>7,97</b>
<b>DLSP</b>	<b>35,55</b>	<b>34,00</b>
<b>Crescimento do PIB</b>	<b>2,01</b>	<b>4,20</b>
<b>Produção Industrial</b>	<b>0,10</b>	<b>4,25</b>
<b>Conta Corrente</b>	<b>-65,00</b>	<b>-71,06</b>
<b>Balança Comercial (saldo)</b>	<b>18,09</b>	<b>14,78</b>
<b>IED</b>	<b>55,00</b>	<b>59,50</b>
<b>Preços Administrados</b>	<b>3,50</b>	<b>4,50</b>

Fonte: BACEN, elaboração FIEB/SDI.

Nota: referente ao Relatório de Mercado de 06/07/2012

Acompanhamento Conjuntural (AC) é uma publicação mensal da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), produzida pela Superintendência de Desenvolvimento Industrial (SDI).

**Presidente:** José de F. Mascarenhas

**Diretor Executivo:** Alexandre Beduschi

**Superintendente:**

João Marcelo Alves

(Economista, Mestre em Administração pela UFBA/ISEG-UTL,  
Especialista em Finanças Corporativas pela New York University)

**Equipe Técnica:**

Marcus Emerson Verhine

(Mestre em Economia e Finanças pela Universidade da Califórnia)

Carlos Danilo Peres Almeida

(Mestre em Economia pela UFBA)

Ricardo Menezes Kawabe

(Mestre em Administração Pública pela UFBA)

Mauricio West Pedrão

(Mestre em Análise Regional pela UNIFACS)

Everaldo Guedes

(Bacharel em Ciências Estatísticas – ESEB)

Críticas e sugestões serão bem recebidas.

Endereço Internet: <http://www.fieb.org.br>

E-mail: [sdi@fieb.org.br](mailto:sdi@fieb.org.br)

Reprodução permitida, desde que citada a fonte.